



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO

| | |
|--|---|
| PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº | 055/2026 |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº | 012/2026 |
| CRITÉRIO DE JULGAMENTO | Menor preço por item |
| MODO DE DISPUTA | Aberto |
| OBJETO | Aquisição de equipamentos destinados à implantação de Parques Infantis e Academias ao Ar Livre no Município de Galiléia e distritos, incluindo transporte, entrega, montagem e fixação completa dos equipamentos, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento ao Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br nº 961587, firmado com o Ministério do Esporte. |
| INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS | 15 de junho de 2026 – 08h00min |
| FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS | 30 de junho de 2026 – 08h00min |
| DATA DA SESSÃO | 30 de junho de 2026 |
| HORÁRIO | 09h00min |
| REFERÊNCIA DE TEMPO | Horário Oficial de Brasília (DF). |
| LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA | www.bll.org.br “Acesso Identificado” |
| TELEFONE | (33) 3244-1381 – ramal 1381 |
| E-MAIL | licitacao@galileia.mg.gov.br |
| ENDEREÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL | Rua Ary Machado, 599 – Centro – Galileia/MG |

| | |
|--|----|
| 1. DO OBJETO..... | 02 |
| 2. DO CREDENCIAMENTO | 02 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO..... | 03 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 04 |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 05 |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES | 06 |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO..... | 09 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO..... | 11 |
| 9. DOS RECURSOS | 13 |
| 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... | 14 |
| 11. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL..... | 16 |
| 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 16 |
| ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA..... | 18 |
| APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR | 37 |
| ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO..... | 51 |
| ANEXO III – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS..... | 62 |
| ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES UNIFICADAS..... | 69 |



DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Torna-se público que o Município de Galiléia, MG, por meio do Setor de Licitações, sediado na Rua Ary Machado, nº 599, Centro, Galiléia, MG, realizará licitação, para Registro de Preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, Modo de Disputa ABERTO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), [Decreto Municipal nº 39, de 05 de novembro de 2025](#), [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de equipamentos destinados à implantação de Parques Infantis e Academias ao Ar Livre no Município de Galiléia e distritos, incluindo transporte, entrega, montagem e fixação completa dos equipamentos, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento ao Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br nº 961587, firmado com o Ministério do Esporte**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta de empresas, devidamente cadastrada na plataforma [BLL – Bolsa de Licitações do Brasil](#), da qual manifesta, por meio de seu operador designado do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, com a apresentação da seguinte frase ao final do cadastramento no Sistema “ao salvar a proposta o licitante declara o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade da proposta com as exigências do Edital”.

2.1.1. O(s) Licitante(s) declarado vencedor deverá apresentar juntamente com os Documentos as Declarações Unificadas, conforme (Anexo IV).

2.1.1.1 Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas (Anexo IV).

2.1.1.2 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório (Anexo IV);

2.1.1.3 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#) (Anexo IV);

2.1.1.4 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#) (Anexo IV);

2.1.1.5 Não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto, etc) que configure o disposto no [§ 1º do art. 9º e art 14 IV da Lei nº 14.133, de 2021](#) (Anexo IV);

2.1.1.6 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Anexo IV);



2.1.1.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#) (Anexo IV);

2.1.1.8 Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta prestação de serviços (Anexo IV);

2.1.1.9 Declaração subscrita pelo representante legal de que dispõe de pessoal técnico, ferramentas, equipamentos e materiais necessários à execução (Anexo IV)

2.2 A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

2.3 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realizações das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone [\(41\) 3097-4600](#) ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma da operadora BLL: <https://bll.org.br/cadastro-para-fornecedores/>.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do [Decreto n.º 8.538, de 2015](#).

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de materiais a ele relacionados;

3.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista



ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de materiais a ela necessários;

3.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade MUNICÍPIO ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade MUNICÍPIO, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7 O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12 A vedação de que trata o item 3.6.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.



4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.4 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.5 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.6 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.6.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.6.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.7 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.7.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.7.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.8 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.9 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário do item;

5.1.2 Valor total do item;

5.1.3 Descrição conforme Edital;

5.1.4 Marca/Modelo;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.8.

5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização conforme lei e Decreto Municipal, podendo, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa fornecedora ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,25 (vinte e cinco) centavos**, podendo ser alterado no decorrer da disputa.

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



- 6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



6.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos materiais e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2 Empresas brasileiras;

6.21.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

7.1.1 SICAF;



7.2 A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 deste edital.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 Contiver vícios insanáveis;

7.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 No caso de materiais e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

7.7.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



7.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1 A **habilitação jurídica** visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser FORNECIDA.

8.1.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.1.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.1.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.1.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

8.1.1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.1.2 As **habilitações fiscal, social e trabalhista** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

8.1.2.1 Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.1.2.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.2.3 Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.1.2.4 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.1.2.5 Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.1.2.6 Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#), [\(anexo IV\)](#).

8.1.3 Para a **habilitação econômico-financeira** o licitante deverá apresentação da seguinte documentação:

8.1.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.1.4 Para a **Qualificação Técnica** o licitante deverá apresentar as seguintes documentações:

8.1.4.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, mediante



apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento satisfatório de materiais similares, equivalentes ou superiores ao objeto licitado.

8.14.2 - Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo, a identificação da pessoa jurídica emitente, descrição do objeto fornecido, quantitativos, período de execução/fornecimento e manifestação expressa acerca do cumprimento satisfatório das obrigações assumidas pela licitante.

8.14.3 - A licitante vencedora deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos, certificados ou relatórios de ensaio emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às normas técnicas vigentes da ABNT - NBR 16779: 2019 e NBR 16071/2021 aplicáveis a segurança dos equipamentos de academia ao ar livre e playgrounds.

8.14.4 - A Administração poderá promover diligência destinada à verificação da autenticidade, veracidade e validade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos do [art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.1.5 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelos registros e documentos cadastrados no SICAF.

8.1.6 As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia através do Sistema Eletrônico e poderá ser validade pelo Pregoeiro através de diligencias, caso necessário.

8.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da [lei \(art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021\)](#).

8.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7 A habilitação poderá ser verificada por meio do Sistema BLL e do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



8.9.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação encaminhada ao pregoeiro.

8.9.2 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.10 A verificação no Sistema BLL e no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência e Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.11.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.11.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.11.3 O prazo para o envio de documentos complementares para fins de diligência será de no mínimo **02 (duas) horas**, a partir da solicitação do Agente de Contratação ou Pregoeiro no sistema.

8.11.4 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no item acima, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.12 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1.

8.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.16 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **30 (trinta) minutos**.



9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

10 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 Fraudar a licitação

10.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



- 10.1.8 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 10.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1 Advertência;
- 10.2.2 Multa;
- 10.2.3 Impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2 As peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 10% do valor do contrato licitado.
- 10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 0,5% a 10% do valor do contrato licitado.
- 10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação,
- 10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



10.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, somente pela Plataforma do Pregão Eletrônico (<https://bll.org.br/>), anexados em campo próprio do Sistema

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](http://Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)), endereço eletrônico www.bll.org.br e <https://galileia.mg.gov.br/licitacao>.

12.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1 ANEXO I – Termo de Referência

12.11.1.1 APÊNCIDE DO ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

12.11.2 ANEXO II – Minuta do Contrato

12.11.3 ANEXO III – Planilha de Custos e Formação de Preços

12.11.4 ANEXO IV - Modelo de Declarações Unificadas

Prefeitura Municipal de Galiléia, 11 de junho de 2026.

Washington Roberto
Secretário Municipal de Esporte e Lazer



ANEXO I - CÓPIA TERMO DE REFERENCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Administrativa de Origem: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Titular Responsável: Washington Roberto

Cargo: Secretário Municipal


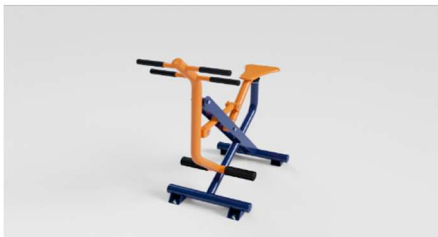
1 - INTRODUÇÃO

1.1 - O Termo de Referência visa esclarecer e direcionar os procedimentos essenciais para o Setor de Compras ao elaborar o ato convocatório e/ou a formalização do processo administrativo cabível em cada caso. No Termo de Referência, o solicitante apresenta a descrição do objeto, justificativas e demais. As sugestões e solicitações constantes do Termo de Referência são de responsabilidades do requisitante. Portanto, o não acatamento no Processo de Licitação, poderá não atender plenamente o objeto pretendido.

2 - OBJETO



2.1 - O presente Termo de Referência tem por objetivo definir os conjuntos de elementos que norteiam a solicitação para a **Aquisição de equipamentos destinados à implantação de Parques Infantis e Academias ao Ar Livre no Município de Galiléia e distritos, incluindo transporte, entrega, montagem e fixação completa dos equipamentos, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento ao Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br nº 961587, firmado com o Ministério do Esporte, conforme demonstrado no quadro abaixo:**



| Item | Especificação | Unid | Quant. | Valor Médio Unitário | Valor Médio Total |
|------|---|------|--------|----------------------|-------------------|
| 1 | <p><u>SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL</u></p> <p>MATERIAL: Tubos redondo de aço carbono de no mínimo 2 ½" x 2,00 mm; 2" x 2,00 mm; 1 ½" x 1,50 mm. Tubo de aço carbono trefilado SCHEDULE 80 (60 mm x 49 mm). Barra mecânica maciça de no mínimo 1 ¼". Chapas de aço carbono de no mínimo 4,75 mm e 1,90 mm.</p> <p>SOLDA: Tipo MIG.</p> <p>ACABAMENTOS: Utiliza-se rolamentos blindados. Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 2" com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado. Parafusos, arruelas e porcas fixadoras zincadas.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p><u>DIMENSÕES MÍNIMAS:</u> Altura: 1000 mm, largura: 900 mm, comprimento: 900 mm. Peso: 27 kg</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p> | Unid | 05 | R\$ 1.190,00 | R\$ 5.950,00 |


| | | | | | |
|---|---|------|----|-----------------|--------------|
| |  | | | | |
| 2 | <p><u>SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL</u></p> <p>Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2' ½ x 2 mm; 2' x 2 mm; 1' ½ x 3 mm; 1' ½ x 1,50 mm; 1' x 1.50 mm; Barra chata de no mínimo 2' ½ x ¼"; 3/16" x 1 ¼". Tubo de aço carbono trefilado 2' x 5,50 mm SCHEDULE 80 (60,30 mm x 49,22 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 4,75 mm para ponto de fixação do equipamento e 2 mm para banco estampado com bordas arredondadas.</p> <p>Utiliza-se pinos maciços, todos rolamentados (rolamentos duplos), tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termoendurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, batentes redondos de borracha flexível (53mm x 30mm), solda mig, chumbador parabol de no mínimo 3/8" x 2' ½, parafusos zincados, bucha acetil, arruelas e porcas fixadoras; Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 2' ½ e 2' com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo.</p> <p>Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p><u>DIMENSÕES MÍNIMAS:</u> Altura: 1000 mm; Largura: 530 mm; Profundidade: 1000 mm; Peso: 22 kg;</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | Unid | 04 | R\$ 1.400,00 | R\$ 5.600,00 |
| 3 | <p><u>ESQUI INDIVIDUAL</u></p> <p>Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2 ½" x 2 mm; 1" ½ x 2 mm; 1" x 1,5 mm; Tubo de aço carbono trefilado 1"1/4" x 3,56 mm schedule 40 (42,3 x 35,18 mm); 2" x 5,54 mm schedule 80 (60,3 x 49,22 mm); Metalão de no mínimo 30 x 50 x 2 mm; chapas de aço carbono de no mínimo 4,75 mm; 3 mm; pisantes fabricados em chapa de aço carbono de no mínimo 2 mm estampado, com cantos arredondados, tampas de aço carbono de 2 mm estampadas para proteção dos rolamentos. Utiliza eixos maciços, com rolamentos duplos. Fixação do aparelho ao solo através de chumbador parabol. Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado.</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> | Unid | 04 | R\$ 1.400,00 | R\$ 5.600,00 |

| | | | | | |
|---|--|------|----|-----------------|--------------|
| | <p>DIMENSÕES MÍNIMAS: Altura: 1400 mm; Profundidade: 750 mm; Largura: 890 mm. Peso: 26,5 kg.</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p> | | | | |
| 4 | <p>ROTAÇÃO VERTICAL DUPLO</p> <p>Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 3' ½ x 2 mm; 2' x 2 mm; 1' x 1,50 mm; ¾ x 1,20 mm. Tubo treilado redondo DIN (55 mm x 44 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 3 mm para reforço de estrutura. Utilizar pinos maciços, todos rolamentados (rolamentos duplos), tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termo- endurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, solda mig, chumbador com flange de no mínimo 230 mm x 3/16', corte a laser com parafusos de fixação zincados de no mínimo 5/8' x 1 ¼' e arruela zincada de no mínimo 5/8', hastes de ferro maciço treilado de no mínimo 3/8', parafusos zincados, arruelas e porcas fixadoras. Tampão embutido externo em metal de 2' ¼ e tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 3' ½', ambos com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>DIMENSÕES MÍNIMAS: Altura de 1300mm, largura de 500mm, profundidade de 700mm, peso 20 kg</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p> | Unid | 05 | R\$ 907,00 | R\$ 4.535,00 |
| 5 | <p>SIMULADOR DE REMO INDIVIDUAL</p> <p>Fabricado em Tubos redondo de aço carbono de no mínimo; 2 1/2" x 2,00 mm; 2" x 2,00 mm; 1 ½" x 4,25 mm; 1 ½" x 2,00 mm e 1 ½" x 1,50 mm. Tubo de aço carbono treilado SCHEDULE 80 (60,30 mm x 49,22 mm). Chapas de aço carbono de no</p> | Unid | 04 | R\$ 1.090,00 | R\$ 4.360,00 |

| | | | | | |
|---|--|------|----|------------|--------------|
| | <p>mínimo 3,75 mm; 3,00 mm e 1,90 mm. FORMA DE FIXAÇÃO: Chumbador parabout de no mínimo 3/8" x 2 1/2". Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado.</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p><u>DIMENSÕES MÍNIMAS:</u> Altura: 900mm / Largura: 930mm / Profundidade: 810mm / Peso: 20kg</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p> | | | | |
| 6 | <p><u>BICICLETA DE CADEIRA INDIVIDUAL</u></p> <p>Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2' 1/2 x 2 mm ; 2' x 3 mm. Chapas de aço carbono com no mínimo 4,75mm para ponto de fixação do equipamento e 2mm para banco e encosto com dimensões de 335 mm x 315 mm e estampados com bordas arredondadas. Chumbador parabout de no mínimo 3/8' x 2 1/2'. Parafusos e porcas de fixação zincadas. Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 2' 1/2 com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Utiliza-se tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termo-endurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, solda mig, conjunto de pé de vela de ferro e/ou alumínio rolamentado padrão com pedal de plástico e/ou alumínio. Solda: processo Mig.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p><u>DIMENSÕES MÍNIMAS:</u> altura: 700mm, largura: 460mm, profundidade: 1100mm, peso: 17kg,</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p> | Unid | 05 | R\$ 710,00 | R\$ 3.550,00 |

| | | | | | |
|---|--|------|----|---------------|-----------------|
| |  | | | | |
| 7 | <p>ELÍPTICO INDIVIDUAL</p> <p>Produzido em tubo de aço SAE 1020 com diâmetro de no mínimo 1 1/2 e 2 1/2 x 2mm espessura, barra retangular de no mínimo 50 mm x 30mm x 2mm. manoplas em PVC com proteção UV, extremidades inferiores, superiores e móveis blindadas, não permitindo o entrada de água. pisanetes em aço carbono de no mínimo 2mm estampados antiderrapante com bordas arredondadas, tampões em aço carbono para proteção dos rolamentos que deverão ser duplos e blindados. Equipamento montado inteiramente pelo sistema de soldagem MIG. Parafusos tipo parabolt 3/8 x 3 zincados que deverão vir acompanhados ao aparelho. Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado.</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p><u>DIMENSÕES MÍNIMAS:</u> altura: 1,40m; comprimento: 1100mm; largura: 500mm; peso: 23 kg.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | Unid | 04 | R\$ 780,00 | R\$ 3.120,00 |
| 8 | <p>SURF DUPLO</p> <p>Fabricado em tubos e chapas em aço carbono de alta resistência sob dimensões de 3 1/2", 2" e 3/16" com espessuras mínimas de 2mm; orifícios tubulares: extremidades superiores, inferiores e móveis blindadas em chapa 14, tornando-o insensível a penetração de água; utilizando eixos maciços e usinados para rolamentos duplos (tipo ZZ). Solda: processo Mig.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado.</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p><u>DIMENSÕES MÍNIMAS:</u> altura: 1210mm, largura: 805mm, profundidade: 910mm, peso: 22kg,</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> | Unid | 04 | R\$ 997,00 | R\$ 3.988,00 |

| | | | | | |
|----|--|------|----|--------------|----------------|
| | <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | | | | |
| 9 | <p>PLACA DE ORIENTAÇÃO Fabricada com tubos redondos de aço carbono de no mínimo 3" para os tubo(s) de apoio e min. de 1" para o tubo de moldura/contorno da placa. Espessura dos tubos mínima de 1,5mm. Chapa da placa 2x1m, em aço carbono galvanizado de no mínimo #20 (mín 0,90 mm de espessura); Chapa do suporte no chão, se houver, com aprox. 4,75 mm de espessura. Estrutura montada por processo de solda mig. Tampão com bordas arredondadas para os tubos embutido externo em aço de 3". Porcas, parafusos e arruelas fixadoras zincados antioxidantes. Tratamento de superfície a base de fosfato e película protetiva de resina de poliéster colorido com pintura em pó eletrostática. Orientações visuais produzidas com adesivo alta performance, impressão em alta resolução fotográfica em material para suportar condições climática, frente e verso.</p> <p>Equipamentos: SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL, SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL, ESQUI INDIVIDUAL, ROTAÇÃO VERTICAL DUPLO, SIMULADOR DE REMO INDIVIDUAL e BICICLETA DE CADEIRA INDIVIDUAL</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>DIMENSÕES MÍNIMAS: Altura: 2000 mm; Profundidade: 240 mm; Largura: 2200 mm. Peso: 30kg.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | Unid | 04 | R\$ 999,00 | R\$ 3.996,00 |
| 10 | <p>PLAYGROUND 3 TORRES DE MADEIRA PLÁSTICA - 2 - Torre 1,40m 1 - Torre 1,20m 3 - Telhado cobertura chinesa 1 - Escorregador reto duplo 1,40m 1 - Escalada de cordas 1,40, 1 - Passarela negativa 2,0m 1 - Guarda corpo jogo da velha 1 - Passarela tubo 1,60m 1 - Balanço Duplo 1 - Escorregador reto 1,20m 1 - Escada 5 degraus 1,20m 1 - Guarda corpo fechamento 1 - Barra transversal duplo 1 - Par pega mão</p> | Unid | 04 | \$ 40.000,00 | R\$ 160.000,00 |

| | | | | | |
|--------------|---|--|--|--|--|
| | <p>2 - Portal de segurança tipo arco 1 - Tobogã com duas curvas 90º e ponteira seção de saída 1 - Escalada 6 apoios externos 1,40m.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16071/2021 aplicáveis a segurança dos playgrounds.</p> <p>As medidas especificadas possuem caráter referencial, sendo admitida variação de até ±10%, desde que o equipamento apresente equivalência técnica, funcional e estrutural, atendendo integralmente às normas de segurança e desempenho aplicáveis.</p>  <p><i>Figura 1 - Cores ilustrativas</i></p> | | | | |
| TOTAL | R\$ 200.699,00 (Duzentos mil e seiscentos e noventa e nove reais) | | | | |

2.2 - O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

2.3 - Do agrupamento de itens em lotes:

2.3.1 - Na presente contratação não haverá agrupamento de itens distintos em lotes.

3 - JUSTIFICATIVA

3.1 - A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover melhorias nos espaços públicos de lazer e convivência do Município de Galiléia e seus distritos, proporcionando à população ambientes adequados para recreação infantil, prática de atividades físicas e integração social.

3.2 - A implantação de Parques Infantis e Academias ao Ar Livre contribuirá diretamente para a promoção da saúde, qualidade de vida, bem-estar físico e social dos munícipes, incentivando hábitos saudáveis e a ocupação adequada dos espaços públicos por crianças, jovens, adultos e idosos. Além disso, os equipamentos proporcionarão inclusão social, fortalecimento da convivência comunitária e estímulo à prática esportiva e recreativa em áreas acessíveis à população.

3.3 - A contratação contempla o fornecimento e a instalação completa dos equipamentos, incluindo transporte, entrega, montagem e fixação, garantindo a correta execução do objeto e a plena funcionalidade das estruturas, observando critérios de segurança, durabilidade e qualidade.

3.4 - Destaca-se que a presente demanda decorre do Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br nº 961587, firmado com o Ministério do Esporte, visando atender ao interesse público por meio da ampliação e modernização da infraestrutura esportiva e de lazer do município.

3.5 - Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e vantajosa para a Administração Pública, considerando os benefícios sociais esperados, o atendimento às políticas públicas de esporte e lazer e a melhoria das condições de vida da população local.

4 - FUNDAMENTO LEGAL

4.1 - A Contratação de Empresa para fornecimento e instalação de equipamentos destinados à implantação de Parques Infantis e Academias ao Ar Livre no Município de Galiléia e distritos, incluindo transporte, entrega, montagem e fixação completa dos equipamentos, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento ao Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br

nº 961587, firmado com o Ministério do Esporte, ora citados tem amparo legal, integralmente, na [Lei nº 14.133/2021](#) e suas alterações, presentes nos artigos seguintes:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;

XI - serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;”

(...)

5 - CUSTO ESTIMADO

5.1 - Em observância às diretrizes estabelecidas no [art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), o valor estimado para a presente contratação foi fixado em R\$ 200.699,00 (duzentos mil, seiscentos e noventa e nove reais), apurado mediante realização de pesquisa de preços com utilização de parâmetros compatíveis com o objeto a ser contratado.

5.2 - Após a obtenção das cotações, os valores coletados foram consolidados em planilha comparativa, a qual integra o processo administrativo, servindo como base para a definição do preço estimado da contratação e demonstrando a compatibilidade dos valores praticados no mercado para o fornecimento e instalação dos equipamentos no Município.

5.3 - Acompanham o presente Termo de Referência o mapa de cotações contendo os preços unitários referenciais, bem como as memórias de cálculo, documentos comprobatórios e parâmetros utilizados na pesquisa de preços, os quais subsidiaram a formação da estimativa de valor da contratação, em conformidade com as disposições da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 - A execução do objeto ocorrerá de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, compreendendo o fornecimento e instalação completa dos equipamentos destinados à implantação de Parques Infantis e Academias ao Ar Livre no Município de Galiléia e respectivos distritos.

6.2 - A contratada deverá executar integralmente os serviços de transporte, entrega, montagem, instalação e fixação dos equipamentos, observando rigorosamente as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos do processo licitatório.

6.3 - Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, utilizando ferramentas, equipamentos e materiais adequados, garantindo a segurança, estabilidade, resistência e pleno funcionamento das estruturas instaladas.

6.4 - A execução contratual observará as seguintes etapas:

6.4.1 - Recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Administração Municipal;

6.4.2 - Transporte dos equipamentos até os locais indicados;

6.4.3 - Entrega, conferência e descarregamento dos materiais;

6.4.5 - Montagem e instalação completa dos equipamentos;



6.4.6 - Fixação adequada das estruturas ao solo, conforme especificações técnicas e normas de segurança aplicáveis;

6.4.7 - Limpeza e organização dos locais após a conclusão dos serviços;

6.4.8 - Realização de testes, verificações de estabilidade e ajustes necessários para garantir a perfeita utilização dos equipamentos;

6.4.9 - Recebimento provisório pela fiscalização do contrato;

6.4.10 - Correção de eventuais irregularidades identificadas pela Administração;

6.5 - Recebimento definitivo do objeto após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais.

6.6 - A contratada será integralmente responsável por quaisquer danos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante a execução dos serviços, devendo adotar todas as medidas de segurança necessárias.

6.7 - Os equipamentos deverão ser entregues e instalados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, devendo a contratada substituir ou corrigir eventuais itens defeituosos ou em desacordo com as especificações no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem ônus para a Administração.

7 - DO PRAZO, LOCAL, DATA E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1 - A solicitação para a aquisição deverá ser feita mediante pedido da Secretaria solicitante, e encaminhado ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Galiléia / MG para posterior emissão da Autorização de Fornecimento (AF).

7.2 - O Contratado deverá entregar de forma única e de acordo com a solicitação constante no pedido emitido.

7.3 - O Contratado entregará os equipamentos de acordo com a solicitação da requisitante, contados a partir da autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras.

7.4 - A contratada será responsável por todas as despesas relativas ao transporte, carga, descarga, montagem, instalação e fixação completa dos equipamentos, bem como pelo fornecimento de mão de obra, ferramentas, materiais e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto.

7.5 - Os equipamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, obedecendo integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, observando-se critérios de qualidade, segurança, resistência e durabilidade.

7.6 - Os pedidos deverão ser entregues no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única.

7.7 - Ao Município se reserva o direito de não receber equipamentos e serviços que não atenderem ao padrão de qualidade exigido pelo município, ou em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, podendo devolver e exigir a sua substituição em prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

7.8 - A garantia mínima será de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante. A contratante, observando qualquer irregularidade, deverá comunicar imediatamente à contratada, para substituir, sem ônus para a contratante.

7.9 - Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor dos equipamentos poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento da rede, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no [inciso V, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10 - Os equipamentos deverão ser entregues nos locais, posteriormente, indicamos pelo município, no horário de 8:00 às 11:00 e 13:00 às 16:00.



7.11 - Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) fiscal do contrato responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta.

7.12 - Os equipamentos serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento provisório.

7.13 - O recebimento/aprovação do(s) serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078, de 1990.

7.14 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.15 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor [do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), notificando-se ao fornecedor para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16 - O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.17 - Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 - PAGAMENTO

8.1 - O pagamento referente ao objeto desta contratação, obedecerá o disposto no “Capítulo X” da [Lei 14133/21](#), no que couber, e será efetuado através de ordem de pagamento em favor do Contratado, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante e apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal (is) ou RPA (Recibo de Pessoa Autônoma, quando pessoa física).

8.2 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.1 - O prazo de validade;

8.2.2 - A data da emissão;

8.2.3 - Os dados do contrato e do órgão Contratante;

8.2.4 - O período respectivo de execução do contrato;

8.2.5 - O valor a pagar;

8.2.6 - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;



8.4 - O pagamento poderá ser suspenso, sem prejuízo para o Município, nos casos de inexecução, imperfeição ou qualquer outra irregularidade, até o saneamento destes.

8.5 - Sobre a futura contratação incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas, inclusive os previsto em regulamentos Municipais.

8.6 - A nota fiscal deverá vir acompanhada da cópia da Prova de Regularidade para com o do FGTS e do INSS, condição essa indispensável para efetuar o pagamento.

8.7 - No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia –SELIC.

8.8 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.9 - Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.10 - Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 - A certificação de disponibilidade de recursos financeiros e o cumprimento às determinações legais dos [incisos IV do art. 72 da Lei 14.133/21](#), para quaisquer despesas, devem ser fornecidos para início do procedimento. Neste sentido segue abaixo os dados referentes à dotação orçamentária para fazer face às despesas ora pleiteadas:

| DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
|------------------------|-------------------------|-------------|-------------|--------|
| SETOR | CÓDIGO | NATUREZA | FONTES | FICHAS |
| Sec. Esporte e Lazer | 00218109.2781309621.038 | 44905200000 | 15000000000 | 290 |
| Sec. Esporte e Lazer | 00218109.2781309621.038 | 44905200000 | 17000000000 | 290 |

9.2 - A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10 - FONTE DE RECURSOS

| FONTE DE RECURSOS | RECURSOS |
|-------------------|---|
| 15000000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - (Livre) |
| 17000000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - (Outros) |

11 - MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

11.1 - Sugerimos que seja realizado o Processo de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com base na [lei 14.133/21](#) e regulamentação Municipal.

11.2 - A contratação será formalizada pelo órgão interessado, com emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no [art. 95 da Lei de Licitação nº 14.133/21](#), que diz:

11.2.1 - "Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:



(...)

11.2.2 - II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.”

12 – VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

12.1 - O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o Termo de Registro de Preço e/ou contrato, quando solicitado, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação para tal, através correio eletrônico (e-mail fornecido nos autos) ou pessoalmente, quando possível, de acordo com o [art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2 - O prazo de vigência do Contrato será de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026, com eficácia legal após a publicação do seu extrato, conforme regulamento Municipal.

12.3 - Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da apresentação do orçamento estimado, quando houver, ou da proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.4 - Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pelo Contratado.

13 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

13.1 - Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência;

13.2 - Realizar o transporte, entrega, montagem, instalação e fixação completa dos equipamentos nos locais indicados pela Administração Municipal;

13.3 - Os equipamentos deverão atender às normas técnicas da NBR-ABNT aplicáveis, especialmente as relacionadas à segurança de playgrounds e equipamentos de ginástica ao ar livre.

13.4 - A contratada deverá fornecer, no ato da entrega e instalação dos equipamentos, manual contendo orientações de uso, conservação, limpeza e manutenção preventiva dos equipamentos instalados, em língua portuguesa e em formato físico ou digital.

13.5 - O manual deverá conter informações técnicas suficientes para garantir a correta utilização dos equipamentos, incluindo recomendações de segurança, periodicidade de manutenção, cuidados necessários para preservação das estruturas e procedimentos básicos para identificação de desgastes ou irregularidades.

13.6 - A entrega do manual constitui condição para o recebimento definitivo do objeto pela Administração Municipal.

13.7 - Disponibilizar mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos e materiais necessários à execução integral do objeto contratado;

13.8 - Garantir que os equipamentos instalados atendam às normas técnicas de segurança, qualidade, resistência e durabilidade aplicáveis;

13.9 - Responsabilizar-se pela correta instalação dos equipamentos, assegurando estabilidade, fixação adequada e condições seguras de utilização;

13.10 - Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Administração, quaisquer equipamentos que apresentem defeitos, avarias ou desconformidades;

13.11 - Manter durante a execução contratual padrões adequados de qualidade e segurança, observando as normas técnicas e legislação pertinente;



13.12 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante a execução dos serviços de entrega e instalação;

13.13 - Realizar a limpeza e retirada de resíduos provenientes da instalação dos equipamentos, deixando os locais em condições adequadas de uso;

13.14 - Prestar garantia dos equipamentos e da instalação realizada, conforme prazo definido no contrato e/ou fabricante.

13.15 - Cumprir integralmente os prazos estabelecidos no Termo de Referência, Contrato e Ordem de Fornecimento;

13.16 - Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

13.17 - Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações legais decorrentes da execução do contrato;

13.18 - Designar representante responsável pelo acompanhamento da execução contratual e atendimento às solicitações da Administração;

13.19 - Comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto ou o cumprimento dos prazos estabelecidos;

13.20 - Permitir e facilitar a fiscalização dos serviços pela Administração Municipal, prestando todas as informações solicitadas;

13.21 - Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo transporte, alimentação, hospedagem, tributos, seguros e demais custos diretos e indiretos;

13.22 - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas sem prévia autorização da Administração;

13.23 - Emitir as respectivas notas fiscais e demais documentos exigidos para fins de pagamento;

13.24 - Atender às determinações da fiscalização do contrato, observando as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

14 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

14.1 - Fornecer à contratada todas as informações, orientações e documentos necessários à adequada execução do objeto contratado;

14.2 - Indicar os locais onde deverão ser realizados a entrega e instalação dos equipamentos, bem como disponibilizar acesso às áreas de execução;

14.3 - Acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução do contrato por meio de servidor ou comissão designada, anotando e comunicando eventuais irregularidades;

14.4 - Receber provisória e definitivamente o objeto, após verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e contrato;

14.5 - Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos ou serviços executados em desacordo com as exigências contratuais;

14.6 - Notificar formalmente a contratada acerca de falhas, defeitos, irregularidades ou descumprimento de obrigações verificadas durante a execução contratual;



14.7 - Efetuar o pagamento à contratada conforme as condições e prazos estabelecidos no instrumento contratual, após apresentação da nota fiscal devidamente atestada;

14.8 - Aplicar as penalidades cabíveis em caso de inadimplemento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

14.9 - Disponibilizar, quando necessário, servidor responsável para acompanhamento da instalação dos equipamentos;

14.10 - Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observadas as hipóteses legais previstas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#);

14.11 - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Termo de Referência, contrato e demais normas aplicáveis à contratação pública.

15 – SANÇÕES E PENALIDADES POR INEXECUÇÃO OU INADIMPLEMENTO

15.1 - Nos termos do [art. 137 da Lei n. 14.133/21](#), fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

15.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às penalidades nos termos do [artigo 137 da Lei n. 14.133/21](#).

15.3 - O Contratado que cometer qualquer das infrações, previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções dispostas no seu art. 156, sendo observados ainda, quando couber, o disposto nos [arts. 157 a 163](#) da mesma Lei.

15.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental ao processo de contratação ou ao processo de execução contratual que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

15.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6 - Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

15.7 - A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

16 - FISCALIZAÇÃO

16.1 - A fiscalização da contratação deverá ser realizada por servidor formalmente designado pela Administração Municipal, nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais e a adequada execução do objeto.

16.2 - Constituem ações de fiscalização:

16.2.1 - Acompanhar e fiscalizar a entrega, montagem, instalação e fixação dos equipamentos, verificando a conformidade com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência;

16.2.2 - Conferir quantitativos, modelos, dimensões, materiais e demais características dos equipamentos fornecidos;

16.2.3 - Verificar o cumprimento dos prazos de entrega e instalação estabelecidos contratualmente;



16.2.4 - Registrar em relatório próprio ou instrumento equivalente todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive eventuais irregularidades identificadas;

16.2.5 - Solicitar à contratada a correção, substituição ou reparo de equipamentos que apresentem defeitos, avarias, má instalação ou desconformidade com as especificações exigidas;

16.2.6 - Fiscalizar as condições de segurança durante a execução dos serviços de instalação, observando o uso adequado de equipamentos, ferramentas e mão de obra;

16.2.7 - Verificar se a contratada mantém, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

16.2.8 - Atestar as notas fiscais e demais documentos apresentados pela contratada para fins de pagamento, após confirmação da regular execução do objeto;

16.2.9 - Comunicar formalmente à autoridade competente quaisquer falhas, atrasos ou descumprimentos contratuais que possam ensejar aplicação de sanções administrativas;

16.2.10 - Proceder ao recebimento provisório e definitivo do objeto, mediante verificação da plena execução contratual e do atendimento às exigências previstas no Termo de Referência e contrato;

16.2.11 - Emitir relatórios de acompanhamento e fiscalização, visando garantir transparência, controle e eficiência na execução da contratação.

17 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

17.1 - A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de equipamentos destinados à implantação de Parques Infantis e Academias ao Ar Livre no Município de Galiléia e respectivos distritos, contemplando todas as etapas necessárias à plena execução do objeto.

17.2 - A contratação abrange o fornecimento de equipamentos novos, de primeiro uso, fabricados com materiais resistentes e adequados para utilização em áreas públicas, observando critérios de qualidade, segurança, durabilidade e acessibilidade.

17.3 - Além do fornecimento, a solução compreende os serviços de transporte, entrega, montagem, instalação e fixação completa dos equipamentos nos locais indicados pela Administração Municipal, incluindo mão de obra, ferramentas, materiais e demais insumos necessários à adequada execução contratual.

17.4 - Os Parques Infantis têm por finalidade proporcionar espaços seguros e adequados para recreação e desenvolvimento das crianças, promovendo lazer, convivência social e ocupação saudável dos espaços públicos. Já as Academias ao Ar Livre visam incentivar a prática de atividades físicas, promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar da população em geral, especialmente jovens, adultos e idosos.

17.5 - A solução proposta busca atender ao interesse público por meio da ampliação e modernização da infraestrutura de esporte e lazer do município, contribuindo para a inclusão social, fortalecimento da convivência comunitária e incentivo a hábitos saudáveis.

17.6 - A execução contratual deverá observar integralmente as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis, garantindo a funcionalidade, estabilidade e adequada utilização dos equipamentos instalados.

18 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

18.1 - Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto e que satisfaçam a todas as exigências e normas contidas neste Termo de Referência e requisitos da Contratação, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.



18.2 - Da participação de consórcios:

18.2.1 - Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

18.3 - Da Subcontratação:

18.3.1 - Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

18.4 - Da Sustentabilidade:

18.4.1 - Não serão exigidos critérios de sustentabilidade na presente contratação.

18.5 - Da indicação de marcas ou modelos:

18.5.1 - Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

18.6 - Da vedação de utilização de marca ou modelo:

18.6.1 - Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

18.7 - Da exigência de carta de solidariedade:

18.7.1 - Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

18.8 - Da Garantia da Contratação:

18.8.1 - Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

18.9 - Condições e especificações da garantia do produto (fabricante, garantia legal ou garantia convencional), da manutenção e da assistência técnica:

18.9.1 - Será aplicada ao equipamento a garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.

18.9.2 - A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

18.9.3 - A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

18.9.4 - Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

18.9.5 - As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

18.9.6 - Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

18.9.7 - O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

18.9.8 - Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório

pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

18.9.9 - Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

18.9.10 - O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

18.9.11 - A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado do prazo de vigência do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

19- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

19.1 - Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

19.1.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação na Modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, tendo em vista por ser aquele que melhor reflete os anseios da licitação, por ser econômica e logisticamente o mais viável.

19.2 - Dos critérios da aceitabilidade da proposta:

19.2.1 - A proposta comercial deverá ser inserida no sistema eletrônico, em campo próprio e conter minimamente as seguintes informações:

19.2.1.1 - Descrição completa e detalhada dos itens propostos, incluindo marca e modelo ofertados;

19.2.1.2 - Valor unitário dos itens e valor total para todo o período, incluídos as despesas tais como: impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem sobre o fornecimento;

19.2.1.3 - Validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do instrumento convocatório.

19.2.1.4 - Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

19.2.1.5 - Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

19.2.1.6 - O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

19.2.2 - Os fornecedores deverão enviar, via sistema eletrônico, juntamente com a proposta comercial, ficha técnica que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes as demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

19.2.3 - A exigência destes documentos é meio legal de garantir que o produto ofertado pelo fornecedor atende integralmente o descritivo especificado pela Administração.

19.2.4 - Serão desclassificadas, de acordo com o [art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021](#), as propostas que:

19.2.4.1 - Contiverem vícios insanáveis;

19.2.4.2 - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

19.2.4.3 - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

19.2.4.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

19.2.4.5 - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

20- DA FASE DE HABILITAÇÃO

20.1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

20.2 - A **habilitação jurídica** visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser FORNECEDORA. Sendo aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

20.2.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

20.2.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

20.2.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

20.2.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

20.2.5 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

20.2.6 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

20.2.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

20.3 - As **habilitações fiscal, social e trabalhista** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

20.3.1 - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

20.3.2 - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

20.3.3 - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

20.3.4 - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

20.3.5 - Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

20.3.6 - Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

20.4 - Para a **habilitação econômico-financeira** o licitante deverá apresentação da seguinte documentação:

20.4.1 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

20.5 - Para a **Qualificação Técnica** o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

20.5.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento satisfatório de materiais similares, equivalentes ou superiores ao objeto licitado.

20.5.2 Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo, a identificação da pessoa jurídica emitente, descrição do objeto fornecido, quantitativos, período de execução/fornecimento e manifestação expressa acerca do cumprimento satisfatório das obrigações assumidas pela licitante.

20.5.3 A licitante vencedora deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos, certificados ou relatórios de ensaio emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às normas técnicas vigentes da ABNT - NBR 16779: 2019 e NBR 16071/2021 aplicáveis a segurança dos equipamentos de academia ao ar livre e playgrounds.

20.5.4 A Administração poderá promover diligência destinada à verificação da autenticidade, veracidade e validade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021. 20.6 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelos registros e documentos cadastrados no SICAF.

20.6 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter- se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

21- DA SUSTENTABILIDADE

21.1 - A contratada deverá observar, na execução do objeto, práticas sustentáveis e critérios que promovam a redução dos impactos ambientais, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas.

21.2 - Os equipamentos fornecidos deverão ser produzidos, preferencialmente, com materiais de alta durabilidade, resistência e baixo impacto ambiental, observando padrões de qualidade e segurança adequados à utilização em áreas públicas.

21.3 - A contratada deverá adotar medidas para o adequado acondicionamento, transporte, manuseio e descarte de resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços de entrega e instalação, responsabilizando-se pela destinação ambientalmente adequada dos materiais descartados, quando aplicável.

21.4 - Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais recicláveis, reutilizáveis ou provenientes de processos produtivos sustentáveis, sem prejuízo da qualidade, segurança e vida útil dos equipamentos.

21.5 - A execução contratual deverá priorizar práticas que contribuam para a eficiência no uso de recursos, redução de desperdícios e preservação ambiental, observadas as normas técnicas e ambientais aplicáveis.

22- Da Prova de Conceito (PoC):

22.1 - Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

Galiléia, MG, 04 de maio de 2026.

WASHINGTON ROBERTO
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Requisitante



APENDICE DO ANEXO I- CÓPIA ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

AREA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

RESPONSÁVEL: Washington Roberto

DATA: 16 de abril de 2026

1 – OBJETO

1.1 - Aquisição de equipamentos destinados à implantação de Parques Infantis e Academias ao Ar Livre no Município de Galiléia e distritos, incluindo transporte, entrega, montagem e fixação completa dos equipamentos, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento ao Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br nº 961587, firmado com o Ministério do Esporte.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 - A presente contratação decorre da necessidade de implantação de espaços públicos destinados à prática de atividades recreativas, esportivas e de lazer no Município de Galiléia e seus distritos, mediante fornecimento e instalação de parques infantis e academias ao ar livre, visando promover melhoria da qualidade de vida da população, incentivo à convivência comunitária e ampliação do acesso a atividades físicas e recreativas em ambientes públicos adequados e seguros.

2.2 - A iniciativa busca atender à crescente demanda da população por espaços de lazer e práticas esportivas acessíveis, contribuindo para a promoção da saúde, bem-estar físico e social, especialmente entre crianças, jovens, adultos e idosos. Além disso, a implantação desses equipamentos públicos favorece a ocupação adequada dos espaços urbanos, fortalece os vínculos comunitários e incentiva hábitos saudáveis, alinhando-se às políticas públicas de esporte, lazer e inclusão social.

2.3 - A contratação também se justifica pela necessidade de estruturação adequada das áreas públicas municipais, garantindo que os equipamentos sejam fornecidos, transportados, instalados e fixados de forma segura, observando critérios técnicos de qualidade, durabilidade, segurança dos usuários e conformidade com as normas aplicáveis.

2.4 - Destaca-se que a execução do objeto encontra respaldo no Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br nº 961587, firmado junto ao Ministério do Esporte, cujo propósito é fomentar ações voltadas ao desenvolvimento do esporte recreativo e do lazer no município.

2.5 - Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária e adequada ao interesse público, considerando os benefícios sociais, esportivos e de saúde pública proporcionados pela implantação dos referidos equipamentos.

3 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1 - Com base na necessidade de aquisição e implantação de parques infantis e academias ao ar livre no Município de Galiléia e seus distritos, foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado, considerando critérios de viabilidade técnica, economicidade, durabilidade, segurança, facilidade de manutenção, prazo de execução e atendimento ao interesse público. Além disso, buscou-se identificar a modalidade de contratação mais adequada ao objeto pretendido, de forma a assegurar maior eficiência, qualidade e vantajosidade para a Administração Pública.



3.2 - Foram identificadas as seguintes possibilidades para atendimento da demanda:

| Solução 1 | Solução 2 | Solução 3 |
|--|--|---|
| <p><u>Pregão Eletrônico</u> O Pregão Eletrônico apresenta-se como modalidade compatível com o objeto pretendido, considerando tratar-se de contratação de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.</p> <p>A utilização do Pregão Eletrônico possibilita:</p> <ul style="list-style-type: none">-maior competitividade;-ampliação da participação de fornecedores;-transparência do certame;-celeridade processual;-economicidade na contratação. <p>Além disso, o fornecimento e instalação de parques infantis e academias ao ar livre são amplamente ofertados por empresas especializadas no mercado nacional, permitindo definição clara das especificações técnicas no Termo de Referência.</p> <p>Dessa forma, verificou-se que o Pregão Eletrônico se mostra tecnicamente viável e juridicamente adequado para a futura contratação.</p> | <p><u>Concorrência</u> A modalidade Concorrência foi analisada como possibilidade, especialmente em razão da execução conjunta de fornecimento e instalação dos equipamentos.</p> <p>Entretanto, verificou-se que o objeto não possui natureza predominantemente de obra ou serviço especial de engenharia de alta complexidade que justifique a adoção dessa modalidade, além de apresentar procedimento mais complexo e menos célere em comparação ao Pregão.</p> <p>Assim, embora juridicamente possível em determinadas interpretações, a Concorrência não se mostrou a alternativa mais eficiente para o caso concreto.</p> | <p><u>Dispensa de Licitação</u> A hipótese de dispensa de licitação foi avaliada apenas sob o aspecto legal, concluindo-se que o objeto não se enquadra, em princípio, nas hipóteses previstas nos artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, especialmente considerando os valores estimados da contratação e a existência de ampla competitividade no mercado.</p> <p>Portanto, a realização de procedimento licitatório competitivo mostra-se obrigatória e mais vantajosa para a Administração.</p> |

3.3 - Após análise das soluções de mercado, modalidades e procedimentos auxiliares aplicáveis, conclui-se que a realização de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por lote ou global, mostra-se a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa, em razão da ampla competitividade do mercado, padronização do objeto, economicidade, eficiência e maior vantajosidade para a Administração Pública.

4 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS



4.1 - O quantitativo de equipamentos a serem adquiridos foi definido com base nas áreas previstas para instalação dos equipamentos no município de Galiléia, considerando a adequada distribuição dos parques infantis e das academias ao ar livre nos espaços públicos disponíveis. Para essa definição, também foi levado em conta o valor do recurso disponibilizado para a execução do projeto, buscando compatibilizar as necessidades identificadas com a capacidade orçamentária existente, de forma a garantir a implantação dos equipamentos de maneira eficiente e adequada às demandas da população.



4.2 - Estima-se a seguinte quantidade para a presente contratação:



| Item | Especificação | Unid | Quant. |
|------|---|------|--------|
| 1 | <p><u>SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL</u> MATERIAL: Tubos redondo de aço carbono de no mínimo 2 ½" x 2,00 mm; 2" x 2,00 mm; 1 ½" x 1,50 mm. Tubo de aço carbono trefilado SCHEDULE 80 (60 mm x 49 mm). Barra mecânica maciça de no mínimo 1 ¼". Chapas de aço carbono de no mínimo 4,75 mm e 1,90 mm. SOLDA: Tipo MIG.</p> <p>ACABAMENTOS: Utiliza-se rolamentos blindados. Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 2" com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado. Parafusos, arruelas e porcas fixadoras zincadas.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado</p> | Unid | 05 |

| | | | |
|----------|---|-------------|-----------|
| | <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>DIMENSÕES MÍNIMAS: Altura: 1000 mm, largura: 900 mm, comprimento: 900 mm. Peso: 27 kg</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p> | | |
| <p>2</p> | <p><u>SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL</u></p> <p>Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2' ½ x 2 mm; 2' x 2 mm; 1' ½ x 3 mm; 1' ½ x 1,50 mm; 1' x 1,50 mm; Barra chata de no mínimo 2' ½ x ¼"; 3/16" x 1 ¼". Tubo de aço carbono trefilado 2' x 5,50 mm SCHEDULE 80 (60,30 mm x 49,22 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 4,75 mm para ponto de fixação do equipamento e 2 mm para banco estampado com bordas arredondadas. Utiliza-se pinos maciços, todos rolamentados (rolamentos duplos), tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termo-endurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, batentes redondos de borracha flexível (53mm x 30mm), solda mig, chumbador parabolit de no mínimo 3/8" x 2' ½, parafusos zincados, bucha acetal, arruelas e porcas fixadoras; Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 2' ½ e 2' com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>DIMENSÕES MÍNIMAS: Altura: 1000 mm; Largura: 530 mm; Profundidade: 1000 mm; Peso: 22 kg;</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p> | <p>Unid</p> | <p>04</p> |
| <p>3</p> | <p><u>ESQUI INDIVIDUAL</u></p> <p>Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2 ½" x 2 mm; 1" ½ x 2 mm; 1" x 1,5 mm; Tubo de aço carbono trefilado 1"1/4" x 3,56 mm schedule 40 (42,3 x 35,18 mm); 2" x 5,54 mm schedule 80 (60,3 x 49,22 mm); Metalão de no mínimo 30 x 50 x 2 mm; chapas de aço carbono de no mínimo 4,75 mm; 3 mm; pisantes fabricados em chapa de aço carbono de no mínimo 2 mm estampado, com cantos arredondados, tampas de aço carbono de 2 mm estampadas para proteção dos rolamentos. Utiliza eixos maciços, com rolamentos duplos. Fixação do aparelho ao solo através de chumbador parabolit. Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado.</p> | <p>Unid</p> | <p>04</p> |

| | | | |
|---|---|------|----|
| | <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>DIMENSÕES MÍNIMAS: Altura: 1400 mm; Profundidade: 750 mm; Largura: 890 mm. Peso: 26,5 kg.</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p> | | |
| 4 | <p>ROTAÇÃO VERTICAL DUPLO</p> <p>Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 3' ½ x 2 mm; 2' x 2 mm; 1' x 1,50 mm; ¾ x 1,20 mm. Tubo treilado redondo DIN (55 mm x 44 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 3 mm para reforço de estrutura. Utilizar pinos maciços, todos rolamentados (rolamentos duplos), tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termo- endurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, solda mig, chumbador com flange de no mínimo 230 mm x 3/16", corte a laser com parafusos de fixação zincados de no mínimo 5/8" x 1 ¼" e arruela zincada de no mínimo 5/8", hastes de ferro maciço treilado de no mínimo 3/8", parafusos zincados, arruelas e porcas fixadoras. Tampão embutido externo em metal de 2' ¼" e tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 3' ½", ambos com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>DIMENSÕES MÍNIMAS: Altura de 1300mm, largura de 500mm, profundidade de 700mm, peso 20 kg</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p> | Unid | 05 |
| 5 | <p>SIMULADOR DE REMO INDIVIDUAL</p> <p>Fabricado em Tubos redondo de aço carbono de no mínimo; 2 1/2" x 2,00 mm; 2" x 2,00 mm; 1 ½" x 4,25 mm; 1 ½" x 2,00 mm e 1 ½" x 1,50 mm. Tubo de aço carbono treilado SCHEDULE 80 (60,30 mm x 49,22 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 3,75 mm; 3,00 mm e 1,90 mm. FORMA DE FIXAÇÃO: Chumbador parabout de no mínimo 3/8" x 2 ½". Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado.</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>DIMENSÕES MÍNIMAS: Altura: 900mm / Largura: 930mm / Profundidade: 810mm / Peso: 20kg</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> | Unid | 04 |

| | | | |
|---|--|------|----|
| | <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | | |
| 6 | <p><u>BICICLETA DE CADEIRA INDIVIDUAL</u></p> <p>Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2' ½ x 2 mm ; 2' x 3 mm. Chapas de aço carbono com no mínimo 4,75mm para ponto de fixação do equipamento e 2mm para banco e encosto com dimensões de 335 mm x 315 mm e estampados com bordas arredondadas. Chumbador parabout de no mínimo 3/8' x 2 ½'. Parafusos e porcas de fixação zincadas. Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 2' ½ com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Utiliza- se tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termo-endurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, solda mig, conjunto de pé de vela de ferro e/ou alumínio rolamentado padrão com pedal de plástico e/ou alumínio. Solda: processo Mig.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p><u>DIMENSÕES MÍNIMAS:</u> altura: 700mm, largura: 460mm, profundidade: 1100mm, peso: 17kg.</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | Unid | 05 |
| 7 | <p><u>ELÍPTICO INDIVIDUAL</u></p> <p>Produzido em tubo de aço SAE 1020 com diâmetro de no mínimo 1 1/2 e 2 1/2 x 2mm espessura, barra retangular de no mínimo 50 mm x 30mm x 2mm. manoplas em PVC com proteção UV, extremidades inferiores, superiores e móveis blindadas, não permitindo o entrada de água. pisanetes em aço carbono de no mínimo 2mm estampados antiderrapante com bordas arredondadas, tampões em aço carbono para proteção dos ro lamentos que deverão ser duplos e blindados. Equipamento montado inteiramente pelo sistema de soldagem MIG. Parafusos tipo parabolt 3/8 x 3 zincados que deverão vir acompanhados ao aparelho. Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado.</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p><u>DIMENSÕES MÍNIMAS:</u> altura: 1,40m; comprimento: 1100mm; largura: 500mm; peso: 23 kg.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> | Unid | 04 |

| | | | |
|---|---|------|----|
| | <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | | |
| 8 | <p><u>SURF DUPLO</u> Fabricado em tubos e chapas em aço carbono de alta resistência sob dimensões de 3 1/2", 2" e 3/16" com espessuras mínimas de 2mm; orifícios tubulares: extremidades superiores, inferiores e móveis blindadas em chapa 14, tornando-o insensível a penetração de água; utilizando eixos maciços e usinados para rolamentos duplos (tipo ZZ). Solda: processo Mig.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado.</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p><u>DIMENSÕES MINIMAS:</u> altura: 1210mm, largura: 805mm, profundidade: 910mm, peso: 22kg,</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | Unid | 04 |
| 9 | <p><u>PLACA DE ORIENTAÇÃO</u> Fabricada com tubos redondos de aço carbono de no mínimo 3" para os tubo(s) de apoio e min. de 1" para o tubo de moldura/contorno da placa. Espessura dos tubos mínima de 1,5mm. Chapa da placa 2x1m, em aço carbono galvanizado de no mínimo #20 (mín 0,90 mm de espessura); Chapa do suporte no chão, se houver, com aprox. 4,75 mm de espessura. Estrutura montada por processo de solda mig. Tampão com bordas arredondadas para os tubos embutido externo em aço de 3". Porcas, parafusos e arruelas fixadoras zincados antioxidantes. Tratamento de superfície a base de fosfato e película protetiva de resina de poliéster colorido com pintura em pó eletrostática. Orientações visuais produzidas com adesivo alta performance, impressão em alta resolução fotográfica em material para suportar condições climática, frente e verso.</p> <p>Equipamentos: SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL, SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL, ESQUI INDIVIDUAL, ROTAÇÃO VERTICAL DUPLO, SIMULADOR DE REMO INDIVIDUAL e BICICLETA DE CADEIRA INDIVIDUAL</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p><u>DIMENSÕES MÍNIMAS:</u> Altura: 2000 mm; Profundidade: 240 mm; Largura: 2200 mm. Peso: 30kg.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais</p> | Unid | 04 |

| | | | |
|----|---|------|----|
| | <p>empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | | |
| 10 | <p>PLAYGROUND 3 TORRES DE MADEIRA PLÁSTICA - 2 - Torre 1,40m 1 - Torre 1,20m 3 - Telhado cobertura chinesa 1 - Escorregador reto duplo 1,40m 1 - Escalada de cordas 1,40, 1 - Passarela negativa 2,0m 1 - Guarda corpo jogo da velha 1 - Passarela tubo 1,60m 1 - Balanço Duplo 1 - Escorregador reto 1,20m 1 - Escada 5 degraus 1,20m 1 - Guarda corpo fechamento 1 - Barra transversal duplo 1 - Par pega mão 2 - Portal de segurança tipo arco 1 - Tobogã com duas curvas 90º e ponteira seção de saída 1 - Escalada 6 apoios externos 1,40m.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16071/2021 aplicáveis a segurança dos playgrounds.</p> <p>As medidas especificadas possuem caráter referencial, sendo admitida variação de até ±10%, desde que o equipamento apresente equivalência técnica, funcional e estrutural, atendendo integralmente às normas de segurança e desempenho aplicáveis.</p>  <p>Figura 2 - Cores ilustrativas</p> | Unid | 04 |

5 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 - A estimativa do valor da contratação já se encontra previamente definida no Plano de Trabalho do Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br nº 961587, firmado com o Ministério do Esporte, elaborado na fase de captação de recursos, ocasião em que foi realizada a devida pesquisa de preços junto ao mercado, observando os parâmetros de economicidade e compatibilidade com os valores praticados.

5.2 - Dessa forma, para fins deste processo, adota-se como referência o valor constante no Plano de Trabalho aprovado, considerando que a pesquisa mercadológica realizada anteriormente atende aos requisitos necessários para demonstrar a adequação dos custos estimados da contratação.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 - A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação completa de parques infantis e academias ao ar livre no Município de Galiléia e distritos, em atendimento ao Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br nº 961587, firmado com o Ministério do Esporte.

6.2 - A contratação contemplará o fornecimento de todos os equipamentos, materiais, componentes, acessórios e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto, incluindo:

- 6.2.1 - Fabricação ou fornecimento dos equipamentos;
- 6.2.2 - Transporte até os locais de instalação;
- 6.2.3 - Descarga e entrega;
- 6.2.4 - Montagem;
- 6.2.5 - Instalação;
- 6.2.6 - Fixação completa;
- 6.2.7 - Testes de estabilidade e segurança;
- 6.2.8 - Garantia dos equipamentos e serviços executados.

6.3 - Os equipamentos deverão atender às especificações técnicas definidas no Termo de Referência, observando critérios de qualidade, resistência, durabilidade, ergonomia e segurança dos usuários, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

6.4 - A solução deverá garantir a plena funcionalidade dos espaços públicos destinados ao lazer, recreação e prática de atividades físicas, promovendo acessibilidade, inclusão social, incentivo à atividade física e melhoria da qualidade de vida da população.

6.5 - A execução contratual ocorrerá de forma planejada, observando cronograma físico de instalação, locais previamente definidos pela Administração e acompanhamento por servidor designado para fiscalização do contrato.

6.6 - A adoção de contratação integrada para fornecimento e instalação dos equipamentos mostra-se a alternativa mais adequada, dessa forma, a solução apresentada atende de maneira satisfatória à necessidade administrativa identificada, garantindo segurança, funcionalidade e adequado atendimento ao interesse público.

7 - JUSTIFICANDO A DIVISÃO POR ITENS OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 - A presente contratação será realizada mediante divisão por itens, nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#), considerando a necessidade de ampliação da competitividade, obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e observância aos princípios da economicidade, isonomia e eficiência.

7.2 - O parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que os equipamentos destinados à academia ao ar livre possuem características autônomas, independentes entre si e amplamente comercializadas no mercado por diversos fornecedores, não havendo prejuízo ao conjunto funcional da contratação.

7.3 - A adoção do julgamento por itens possibilita maior participação de empresas especializadas em determinados equipamentos, aumentando a competitividade do certame e potencializando a obtenção de menores preços unitários para a Administração.

7.4 - Além disso, a divisão por itens:

- 7.4.1 - Evita restrição indevida à competitividade;
- 7.4.2 - Amplia o universo de licitantes;
- 7.4.3 - Favorece a participação de microempresas e empresas de pequeno porte;
- 7.4.4 - Possibilita maior economicidade;
- 7.4.5 - Reduz o risco de fracasso da licitação;
- 7.4.6 - Permite melhor adequação às condições do mercado fornecedor.

7.5 - Ressalta-se que o parcelamento não compromete a padronização, funcionalidade ou compatibilidade dos equipamentos, tendo em vista que o Termo de Referência estabelecerá especificações técnicas mínimas uniformes de qualidade, resistência, segurança, ergonomia e acabamento, garantindo a adequada utilização dos equipamentos em espaços públicos.

7.6 - Dessa forma, conclui-se que a contratação por itens atende ao interesse público e se mostra mais vantajosa para a Administração Municipal.

8 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

8.1 - O Município de Galiléia não possui Plano Anual de Contratações para esse tipo de material, no entanto, a Administração vem trabalhando no aperfeiçoamento do planejamento do órgão, sendo realizados levantamentos das demandas de todas as Secretarias, com o objetivo de promover maior eficiência na gestão dos recursos públicos, aprimorar os processos de aquisição e garantir que futuras contratações estejam alinhadas às reais necessidades da Administração Municipal, observando os princípios da economicidade, transparência e interesse público.

8.2 - A implantação de parques infantis e academias ao ar livre integra as políticas públicas municipais voltadas ao fortalecimento dos espaços de convivência comunitária e incentivo à prática de atividades físicas e recreativas, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população.

8.3 - A contratação também guarda conformidade com os objetivos estabelecidos no Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br nº 961587, firmado com o Ministério do Esporte, que prevê apoio à implantação de equipamentos públicos destinados ao esporte e lazer.

8.4 - Além disso, a demanda está compatível com o planejamento orçamentário e financeiro da Administração Municipal, observadas as dotações orçamentárias específicas e os instrumentos de planejamento governamental aplicáveis.

8.5 - Dessa forma, verifica-se que a contratação pretendida atende ao interesse público e encontra-se devidamente alinhada às necessidades institucionais e às ações estratégicas da Administração Pública Municipal.

9 - DOS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

9.1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2 - A **habilitação jurídica** visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser FORNECEDORA. Sendo aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

9.2.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.2.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;



9.2.5 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.2.6 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

9.2.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.3 - As **habilitações fiscal, social e trabalhista** serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

9.3.1 - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.4 - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.5 - Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.3.6 - Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#);

9.4 - Para a **habilitação econômico-financeira** o licitante deverá apresentação da seguinte documentação:

9.4.1 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.5 - Para a **Qualificação Técnica** o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

9.5.1 - A licitante vencedora deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos, certificados ou relatórios de ensaio emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às normas técnicas vigentes da [ABNT - NBR 16779: 2019 e NBR 16071/2021](#) aplicáveis a segurança dos equipamentos de academia ao ar livre e playgrounds.

9.6 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelos registros e documentos cadastrados no SICAF.

9.7 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

10 - RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - A contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de parques infantis e academias ao ar livre no Município de Galiléia visa alcançar resultados concretos de interesse público, alinhados às políticas de esporte, lazer, saúde preventiva e inclusão social.

10.2 - Espera-se, com a implantação dos equipamentos, promover a ampliação e qualificação dos espaços públicos destinados à convivência comunitária, possibilitando o acesso gratuito da população a áreas adequadas para recreação infantil e prática de atividades físicas ao ar livre.

10.3 - Entre os principais resultados pretendidos, destacam-se:

10.3.1 - Incentivo à prática regular de atividades físicas pela população, contribuindo para a melhoria da saúde e redução do sedentarismo;

10.3.2 - Promoção do bem-estar físico e mental de crianças, jovens, adultos e idosos;

10.3.3 - Fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários por meio da utilização dos espaços públicos de lazer;

10.3.4 - Valorização e melhor utilização das áreas públicas do município e distritos;

10.3.5 - Redução de fatores de risco associados a doenças crônicas não transmissíveis;

10.3.6 - Ampliação da oferta de espaços públicos seguros, acessíveis e adequados ao lazer;

10.3.7 - Estímulo ao convívio intergeracional e à inclusão social.

10.4 - No âmbito da gestão pública, a contratação também busca:

10.4.1 - Garantir a correta execução do objeto do Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br nº 961587, firmado com o Ministério do Esporte;

10.4.2 - Assegurar eficiência na aplicação dos recursos públicos;

10.4.3 - Obter melhor relação custo-benefício na implantação dos equipamentos;

10.4.5 - Assegurar qualidade, segurança e durabilidade das estruturas instaladas;

10.4.6 - Reduzir custos futuros de manutenção corretiva decorrentes de falhas de instalação.

10.5 - Dessa forma, a contratação pretendida contribui diretamente para o desenvolvimento social do município, promovendo qualidade de vida, saúde pública e uso adequado dos espaços urbanos, em consonância com o interesse público.

10.6 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

10.6.1 - Para a adequada execução da contratação de fornecimento e instalação de parques infantis e academias ao ar livre no Município de Galiléia, deverão ser adotadas previamente e durante a vigência contratual as seguintes providências pela Administração Pública:

10.7 - Planejamento e preparação das áreas de instalação

10.7.1 - Identificação e definição dos locais onde os equipamentos serão instalados;

10.7.2 - Verificação da regularidade e adequação dos terrenos (nivelamento, acessibilidade e segurança);

10.7.3 - Garantia de que as áreas estejam livres de obstáculos e devidamente preparadas para recebimento dos equipamentos.

10.8 - Designação de equipe de fiscalização

10.8.1 - De modo a resguardar a efetiva execução do objeto e, conseqüentemente, suprir a necessidade apresentada, tem-se a nomeação de Gestor e Fiscal de Contrato, sendo que, para esta contratação, tem-se a atuação dos seguintes agentes:

- **Gestor:** Washington Roberto - Secretário de Esporte e Lazer
- **Fiscal:** Whitson Ferreira dos Santos Filho

10.8.2 - Ainda, tem-se que os servidores nomeados aos cargos de gestão e fiscalização da presente contratação possuem nítido conhecimento na área, de modo que se tornam capazes de aferir a qualidade do objeto da contratação. Não obstante, caso necessário, os agentes públicos envolvidos na contratação poderão solicitar a setores específicos pareceres técnicos para auxílio na contratação.



10.9 - Gestão e acompanhamento contratual

- 10.9.1 - Acompanhamento do cronograma de entrega e instalação;
- 10.9.2 - Verificação do cumprimento das especificações técnicas previstas no Termo de Referência;
- 10.9.3 - Registro de ocorrências e não conformidades durante a execução;
- 10.9.4 - Emissão de termos de recebimento provisório e definitivo.

10.10 - Recebimento e validação do objeto

- 10.10.1 - Definição dos critérios de recebimento provisório e definitivo dos equipamentos;
- 10.10.2 - Verificação da correta instalação, fixação e funcionamento dos equipamentos;
- 10.10.3 - Conferência da conformidade com o Termo de Referência e normas técnicas aplicáveis.

10.11 - Monitoramento pós-instalação

- 11.6.1 - Acompanhamento do desempenho dos equipamentos após instalação;
- 11.6.2 - Registro de eventuais falhas ou ajustes necessários durante o período de garantia;
- 11.6.3 - Avaliação da utilização dos espaços pela população.

10.12 - Dessa forma, as providências descritas asseguram que a execução contratual ocorra de forma organizada, eficiente e segura, garantindo o pleno atendimento ao interesse público e à adequada aplicação dos recursos envolvidos.

11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1 - Para a plena execução do objeto referente ao fornecimento e instalação de parques infantis e academias ao ar livre no Município de Galiléia, identificam-se possíveis contratações correlatas e/ou interdependentes que podem impactar ou complementar a presente contratação, de modo a garantir sua completa funcionalidade e adequada utilização.

11.2 - Obras civis de preparação de base e infraestrutura do local

11.2.1 - Poderá ser necessária a execução de serviços de adequação das áreas destinadas à instalação dos equipamentos, tais como:

- 11.2.1.1 - Nivelamento de solo;
- 11.2.1.2 - Execução de bases em concreto;
- 11.2.1.3 - Drenagem superficial;
- 11.2.1.4 - Adequações de acessibilidade.

11.2.2 - Esses serviços, quando não contemplados no objeto principal, configuram contratação correlata essencial à viabilidade da instalação segura dos equipamentos.

11.3 - Iluminação e urbanização dos espaços públicos

11.3.1 - Para melhor aproveitamento dos parques e academias ao ar livre, podem ser necessárias intervenções complementares, como:

- 11.3.1.1 - Instalação ou melhoria da iluminação pública;
- 11.3.1.2 - Paisagismo e urbanização das áreas;
- 11.3.1.3 - Instalação de bancos, lixeiras e outros mobiliários urbanos.

11.3.2 - Tais contratações, embora não integrem o objeto principal, contribuem diretamente para a funcionalidade e segurança dos espaços.

11.4 - Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos

11.4.1 - Após a implantação, poderá ser necessária futura contratação específica para:

- 11.4.1.1 - Manutenção preventiva periódica;
- 11.4.1.2 - Reparos e substituições de peças;



11.5 - Essa contratação é interdependente da presente, visando garantir a vida útil e segurança dos equipamentos instalados.

11.6 - Dessa forma, verifica-se que a contratação principal pode demandar serviços complementares e interdependentes, os quais deverão ser avaliados e, quando necessários, planejados de forma integrada pela Administração, garantindo a plena funcionalidade e segurança dos espaços públicos a serem implantados.

12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 - A implantação de parques infantis e academias ao ar livre no Município de Galiléia consiste em intervenção predominantemente de baixo impacto ambiental, uma vez que ocorre, em regra, em áreas urbanas já destinadas ao uso público. Ainda assim, durante as etapas de fornecimento, transporte e instalação dos equipamentos, podem ser identificados alguns impactos ambientais potenciais, que devem ser prevenidos e mitigados.

12.2 - Impactos durante a instalação

- 12.2.1 - Compactação do solo nas áreas de instalação devido ao tráfego de veículos e equipamentos;
- 12.2.2 - Supressão pontual de vegetação rasteira, quando existente, para adequação do espaço;
- 12.2.3 - Geração de resíduos sólidos provenientes de embalagens e materiais de instalação;
- 12.2.3 - Emissão de poeira e ruídos durante a montagem dos equipamentos.

12.3 - Impactos durante o transporte e logística

- 12.3.1 - Emissão de gases poluentes decorrentes do transporte dos equipamentos até os locais de instalação;
- 12.3.2 - Possíveis impactos associados ao manuseio inadequado de materiais e embalagens.

12.4 - Impactos na fase de operação

- 12.4.1 - Geração de resíduos sólidos pelos usuários dos espaços (embalagens, plásticos, etc.);
- 12.4.2 - Desgaste natural dos equipamentos ao longo do tempo, exigindo substituição de peças e manutenção;

12.5 - Medidas de mitigação

- 12.5.1 - Para minimizar os impactos ambientais identificados, deverão ser adotadas as seguintes medidas:
 - 12.5.1.1 - Destinação adequada dos resíduos gerados durante a instalação, conforme legislação ambiental vigente;
 - 12.5.1.2 - Preservação ao máximo da vegetação existente nas áreas de implantação;
 - 12.5.1.3 - Incentivo à coleta seletiva nos espaços públicos;

12.6 - Conclusão ambiental

12.6.1 - Considerando a natureza do objeto, os impactos ambientais são classificados como baixos e temporários, sendo plenamente mitigáveis por meio de boas práticas de execução e gestão ambiental. Assim, a contratação mostra-se ambientalmente viável e adequada ao interesse público, desde que observadas as medidas de controle e mitigação previstas.

13 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

13.1 - Após a realização do Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de parques infantis e academias ao ar livre no Município de Galiléia mostra-se tecnicamente, economicamente e operacionalmente viável.

13.2 - A análise das alternativas disponíveis no mercado demonstrou que a solução integrada de fornecimento, transporte, montagem e instalação dos equipamentos é a mais adequada, por assegurar maior eficiência na execução, padronização dos equipamentos, redução de riscos operacionais e melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.



13.3 - Verificou-se ainda que a contratação está alinhada às necessidades institucionais do município e às diretrizes do Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br nº 961587, firmado com o Ministério do Esporte, atendendo ao interesse público na promoção do esporte, lazer e melhoria da qualidade de vida da população.

13.4 - Do ponto de vista técnico, o mercado apresenta ampla oferta de fornecedores capacitados para execução do objeto, com padrões de qualidade e segurança compatíveis com as exigências do Termo de Referência. Do ponto de vista operacional, a solução permite execução em prazo adequado, com controle efetivo da fiscalização e garantia de entrega integral do objeto.

13.5 - Sob a perspectiva econômica, a contratação integrada demonstra-se mais vantajosa, evitando custos adicionais decorrentes de fracionamento de serviços, incompatibilidades técnicas e retrabalhos.

13.6 - Dessa forma, declara-se a viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#), por ser a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública identificada.

WASHINGTON ROBERTO
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
Requisitante



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº ____/2026

Pregão Eletrônico nº ____/2026

Contrato Administrativo nº ____/2026

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE PARQUES INFANTIS E ACADEMIAS AO AR LIVRE NO MUNICÍPIO DE GALILÉIA E DISTRITOS, INCLUINDO TRANSPORTE, ENTREGA, MONTAGEM E FIXAÇÃO COMPLETA DOS EQUIPAMENTOS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 908/2025 – PLATAFORMA TRANSFEREGOV.BR Nº 961587, FIRMADO COM O MINISTÉRIO DO ESPORTE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GALILÉIA/MG E A EMPRESA

O Município de Galiléia, Estado Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público, sediada na Rua, nº, Centro, no Município de Galiléia, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº, neste ato representada pela Prefeita, Sra. Maria Áurea da Costa Pereira, residente na sede do Município de Galiléia, MG, inscrita no CPF sob o nº, doravante denominado MUNICÍPIO, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na*, (Cidade e Estado), E-MAIL INSTUCIONAL, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº ____/2026 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de equipamentos destinados à implantação de Parques Infantis e Academias ao Ar Livre no Município de Galiléia e distritos, incluindo transporte, entrega, montagem e fixação completa dos equipamentos, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento ao Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br nº 961587, firmado com o Ministério do Esporte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1 Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1 | | | | | |



| | | | | | |
|-----|--|--|--|--|--|
| 2 | | | | | |
| 3 | | | | | |
| ... | | | | | |

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2 O Edital da Licitação;
- 1.2.3 A Proposta do contratado;
- 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é até 31/12 do exercício vigente, contados da data da assinatura, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O pagamento referente ao objeto desta contratação, obedecerá o disposto no “Capítulo X” da [Lei 14133/21](#), no que couber, e será efetuado através de ordem de pagamento em favor do Fornecedor, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do MUNICÍPIO, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo MUNICÍPIO e apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal (is).

6.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento;

6.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao MUNICÍPIO;

6.3 O pagamento poderá ser suspenso, sem prejuízo para o Município, nos casos de inexecução, imperfeição ou qualquer outra irregularidade, até o saneamento destes.

6.4 Sobre a futura contratação incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas, inclusive os previsto em regulamentos Municipais.

6.5 A nota fiscal deverá vir acompanhada da cópia da Prova de Regularidade para com o do FGTS e do INSS, condição essa indispensável para efetuar o pagamento.

6.6 No caso de atraso pelo MUNICÍPIO, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive os previsto em regulamentos Municipais.

6.8 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/05/2026.

7.2 Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da apresentação do orçamento estimado, quando houver, ou da proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o MUNICÍPIO pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido e/ou executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.10 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos inclusive os previstos no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Almoxarifado do Município de Galiléia-MG.
- 9.3 Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.
- 9.4 O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.
- 9.5 O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Galiléia-MG, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Licitações do Município Galiléia-MG, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.
- 9.6 Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.
- 9.7 Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.
- 9.8 Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município Galiléia-MG, conforme quantitativos dos produtos adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.
- 9.9 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
- 9.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.11 Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.12 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.13 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MUNICÍPIO, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.15 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para



fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.16 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao MUNICÍPIO e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.17 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.18 Paralisar, por determinação do MUNICÍPIO, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou materiais de terceiros.

9.19 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.21 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.22 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.23 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.24 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do MUNICÍPIO;

9.25 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.26 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.27 É dever da empresa vencedora/fornecedora manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Galiléia/MG, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10.2 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.1 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
 - (1) Moratória de 0,5 % (*cinco décimos* por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta.) dias;

11.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



11.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(trinta)dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10 O MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.12 Os débitos do contratado para com a Administração MUNICÍPIO, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o MUNICÍPIO, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo MUNICÍPIO nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.5.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica fornecedora, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.1.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.1.3 Indenizações e multas.

12.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade MUNICÍPIO ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:



| DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
|------------------------|-------------------------|-------------|-------------|--------|
| SETOR | CÓDIGO | NATUREZA | FONTES | FICHAS |
| Sec. Esporte e Lazer | 00218109.2781309621.038 | 44905200000 | 15000000000 | 290 |
| Sec. Esporte e Lazer | 00218109.2781309621.038 | 44905200000 | 17000000000 | 290 |

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo MUNICÍPIO, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas Municipais e federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do MUNICÍPIO, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao MUNICÍPIO divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#) ou conforme [artigo 176 da Lei 14.133/21, quando for o caso](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Galiléia, MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

17.2 Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em **02 (duas)** vias de igual teor e forma que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes MUNICÍPIOS e pelas testemunhas abaixo assinadas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.



Galiléia, MG, de de 2026.

**Prefeita
Município de Galiléia / MG
MUNICÍPIO**

**Representante legal
Empresa XXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1 _____ CPF _____

2 _____ CPF _____



ANEXO III - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:



Nome Fantasia: _____
Razão Social: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____
CEP: _____
Telefone: (____) _____ Celular/Fax: (____) _____
E-mail: _____


IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL:



Nome: _____
RG: _____
CPF: _____
Telefone: (____) _____
E-mail: _____



OBJETO: Aquisição de equipamentos destinados à implantação de Parques Infantis e Academias ao Ar Livre no Município de Galiléia e distritos, incluindo transporte, entrega, montagem e fixação completa dos equipamentos, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento ao Convênio nº 908/2025 – Plataforma Transferegov.br nº 961587, firmado com o Ministério do Esporte.

| Item | Especificação | Unid | Quant. | Marca | Valor Unitario | Valor Total |
|------|--|------|--------|-------|----------------|-------------|
| 1 | <p>SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL</p> <p>MATERIAL: Tubos redondo de aço carbono de no mínimo 2 ½" x 2,00 mm; 2" x 2,00 mm; 1 ½" x 1,50 mm. Tubo de aço carbono trefilado SCHEDULE 80 (60 mm x 49 mm). Barra mecânica maciça de no mínimo 1 ¼. Chapas de aço carbono de no mínimo 4,75 mm e 1,90 mm.</p> <p>SOLDA: Tipo MIG.</p> <p>ACABAMENTOS: Utiliza-se rolamentos blindados. Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 2" com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado. Parafusos, arruelas e porcas fixadoras zincadas.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>DIMENSÕES MÍNIMAS: Altura: 1000 mm, largura: 900 mm, comprimento: 900 mm. Peso: 27 kg</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p> | Unid | 05 | | | |



| | | | | | | |
|---|--|------|----|--|--|--|
| |  | | | | | |
| 2 | <p><u>SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL</u></p> <p>Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2' ½ x 2 mm; 2' x 2 mm; 1' ½ x 3 mm; 1' ½ x 1,50 mm; 1' x 1.50 mm; Barra chata de no mínimo 2' ½ x ¼'; 3/16' x 1 ¼'. Tubo de aço carbono trefilado 2' x 5,50 mm SCHEDULE 80 (60,30 mm x 49,22 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 4,75 mm para ponto de fixação do equipamento e 2 mm para banco estampado com bordas arredondadas. Utiliza-se pinos maciços, todos rolamentados (rolamentos duplos), tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termo-endurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, batentes redondos de borracha flexível (53mm x 30mm), solda mig, chumbador parabol de no mínimo 3/8' x 2' ½, parafusos zincados, bucha acetal, arruelas e porcas fixadoras; Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 2' ½ e 2' com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p><u>DIMENSÕES MÍNIMAS:</u> Altura: 1000 mm; Largura: 530 mm; Profundidade: 1000 mm; Peso: 22 kg;</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | Unid | 04 | | | |
| 3 | <p><u>ESQUI INDIVIDUAL</u></p> <p>Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2 ½" x 2 mm; 1" ½ x 2 mm; 1" x 1,5 mm; Tubo de aço carbono trefilado 1"1/4' x 3,56 mm schedule 40 (42,3 x 35,18 mm); 2" x 5,54 mm schedule 80 (60,3 x 49,22 mm); Metalão de no mínimo 30 x 50 x 2 mm; chapas de aço carbono de no mínimo 4,75 mm; 3 mm; pisantes fabricados em chapa de aço carbono de no mínimo 2 mm estampado, com cantos arredondados, tampas de aço carbono de 2 mm estampadas para proteção dos rolamentos. Utiliza eixos maciços, com rolamentos duplos. Fixação do aparelho ao solo através de chumbador parabol. Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a</p> | Unid | 04 | | | |

| | | | | | | |
|---|--|------|----|--|--|--|
| | <p>deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado.</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>DIMENSÕES MÍNIMAS: Altura: 1400 mm; Profundidade: 750 mm; Largura: 890 mm. Peso: 26,5 kg.</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | | | | | |
| 4 | <p>ROTAÇÃO VERTICAL DUPLO</p> <p>Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 3' ½ x 2 mm; 2' x 2 mm; 1' x 1,50 mm; ¾ x 1,20 mm. Tubo treilado redondo DIN (55 mm x 44 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 3 mm para reforço de estrutura. Utilizar pinos maciços, todos rolamentados (rolamentos duplos), tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termo- endurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, solda mig, chumbador com flange de no mínimo 230 mm x 3/16', corte a laser com parafusos de fixação zincados de no mínimo 5/8' x 1 ¼' e arruela zincada de no mínimo 5/8', hastes de ferro maciço treilado de no mínimo 3/8', parafusos zincados, arruelas e porcas fixadoras. Tampão embutido externo em metal de 2' ¼ e tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 3' ½', ambos com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Acabamentos em plástico injetado e/ou emborrachado.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>DIMENSÕES MÍNIMAS: Altura de 1300mm, largura de 500mm, profundidade de 700mm, peso 20 kg</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p> | Unid | 05 | | | |

| | | | | | | |
|---|---|------|----|--|--|--|
| |  | | | | | |
| 5 | <p><u>SIMULADOR DE REMO INDIVIDUAL</u> Fabricado em Tubos redondo de aço carbono de no mínimo; 2 1/2" x 2,00 mm; 2" x 2,00 mm; 1 1/2" x 4,25 mm; 1 1/2" x 2,00 mm e 1 1/2" x 1,50 mm. Tubo de aço carbono trefilado SCHEDULE 80 (60,30 mm x 49,22 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 3,75 mm; 3,00 mm e 1,90 mm. FORMA DE FIXAÇÃO: Chumbador parabout de no mínimo 3/8" x 2 1/2". Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado.</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p><u>DIMENSÕES MÍNIMAS:</u> Altura: 900mm / Largura: 930mm / Profundidade: 810mm / Peso: 20kg</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | Unid | 04 | | | |
| 6 | <p><u>BICICLETA DE CADEIRA INDIVIDUAL</u> Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 2' 1/2 x 2 mm ; 2' x 3 mm. Chapas de aço carbono com no mínimo 4,75mm para ponto de fixação do equipamento e 2mm para banco e encosto com dimensões de 335 mm x 315 mm e estampados com bordas arredondadas. Chumbador parabout de no mínimo 3/8' x 2 1/2'. Parafusos e porcas de fixação zincadas. Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 2' 1/2 com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo. Utiliza-se tratamento de superfície a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termo-endurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, solda mig, conjunto de pé de vela de ferro e/ou alumínio rolamentado padrão com pedal de plástico e/ou alumínio. Solda: processo Mig.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p><u>DIMENSÕES MÍNIMAS:</u> altura: 700mm, largura: 460mm, profundidade: 1100mm, peso: 17kg,</p> | Unid | 05 | | | |

| | | | | | | |
|---|---|------|----|--|--|--|
| | <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | | | | | |
| 7 | <p>ELÍPTICO INDIVIDUAL</p> <p>Produzido em tubo de aço SAE 1020 com diâmetro de no mínimo 11 1/2 e 2 1/2 x 2mm espessura, barra retangular de no mínimo 50 mm x 30mm x 2mm. manoplas em PVC com proteção UV, extremidades inferiores, superiores e móveis blindadas, não permitindo o entrada de água. pisantes em aço carbono de no mínimo 2mm estampados antiderrapante com bordas arredondadas, tampões em aço carbono para proteção dos ro lamentos que deverão ser duplos e blindados. Equipamento montado inteiramente pelo sistema de soldagem MIG. Parafusos tipo parabolt 3/8 x 3 zincados que deverão vir acompanhados ao aparelho. Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado.</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p>DIMENSÕES MÍNIMAS: altura: 1,40m; comprimento: 1100mm; largura: 500mm; peso: 23 kg.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p>  | Unid | 04 | | | |
| 8 | <p>SURF DUPLO</p> <p>Fabricado em tubos e chapas em aço carbono de alta resistência sob dimensões de 3 1/2", 2" e 3/16" com espessuras mínimas de 2mm; orifícios tubulares: extremidades superiores, inferiores e móveis blindadas em chapa 14, tornando-o insensível a penetração de água; utilizando eixos maciços e usinados para rolamentos duplos (tipo ZZ). Solda: processo Mig.</p> <p>Pintura: submetido a tratamento especial de superfície para o método eletrostático epox, utilizando misturas de resinas em poliéster de alta</p> | Unid | 04 | | | |

| | | | | | | |
|---|--|------|----|--|--|--|
| | <p>resistência a deterioração. Componentes: polipropileno e PVC flexível. Parafusos: aço zincado.</p> <p>Adesivo refletivo de alta fixação com identificação, instruções de utilização e dados da fabricante.</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p><u>DIMENSÕES MINIMAS</u>: altura: 1210mm, largura: 805mm, profundidade: 910mm, peso: 22kg,</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p> | | | | | |
| 9 | <p>PLACA DE ORIENTAÇÃO</p> <p>Fabricada com tubos redondos de aço carbono de no mínimo 3" para os tubo(s) de apoio e min. de 1" para o tubo de moldura/contorno da placa. Espessura dos tubos mínima de 1,5mm. Chapa da placa 2x1m, em aço carbono galvanizado de no mínimo #20 (mín 0,90 mm de espessura); Chapa do suporte no chão, se houver, com aprox. 4,75 mm de espessura. Estrutura montada por processo de solda mig. Tampão com bordas arredondadas para os tubos embutido externo em aço de 3". Porcas, parafusos e arruelas fixadoras zincados antioxidantes. Tratamento de superfície a base de fosfato e película protetiva de resina de poliéster colorido com pintura em pó eletrostática. Orientações visuais produzidas com adesivo alta performance, impressão em alta resolução fotográfica em material para suportar condições climática, frente e verso.</p> <p>Equipamentos: SIMULADOR DE CAMINHADA INDIVIDUAL, SIMULADOR DE CAVALGADA INDIVIDUAL, ESQUI INDIVIDUAL, ROTAÇÃO VERTICAL DUPLO, SIMULADOR DE REMO INDIVIDUAL e BICICLETA DE CADEIRA INDIVIDUAL</p> <p>Cores: Azul e Amarelo.</p> <p><u>DIMENSÕES MÍNIMAS</u>: Altura: 2000 mm; Profundidade: 240 mm; Largura: 2200 mm. Peso: 30kg.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses sob defeito de fabricação ou de acordo com o manual do fabricante.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16779: 2019 aplicáveis a segurança dos equipamentos.</p> | Unid | 04 | | | |

| | | | | | | |
|--------------|--|------|----|--|--|--|
| |  | | | | | |
| 10 | <p>PLAYGROUND 3 TORRES DE MADEIRA PLÁSTICA -</p> <p>2 - Torre 1,40m 1 - Torre 1,20m 3 - Telhado cobertura chinesa 1 - Escorregador reto duplo 1,40m 1 - Escalada de cordas 1,40, 1 - Passarela negativa 2,0m 1 - Guarda corpo jogo da velha 1 - Passarela tubo 1,60m 1 - Balanço Duplo 1 - Escorregador reto 1,20m 1 - Escada 5 degraus 1,20m 1 - Guarda corpo fechamento 1 - Barra transversal duplo 1 - Par pega mão 2 - Portal de segurança tipo arco 1 - Tobogã com duas curvas 90ºe ponteira seção de saída 1- Escalada 6 apoios externos 1,40m.</p> <p>A licitante arrematante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica, laudos técnicos ou certificados emitidos em nome do FABRICANTE dos equipamentos, comprovando que os materiais empregados e os processos de fabricação atendem às exigências da ABNT - NBR 16071/2021 aplicáveis a segurança dos playgrounds.</p> <p>As medidas especificadas possuem caráter referencial, sendo admitida variação de até ±10%, desde que o equipamento apresente equivalência técnica, funcional e estrutural, atendendo integralmente às normas de segurança e desempenho aplicáveis.</p>  <p><i>Figura 3 - Cores ilustrativas</i></p> | Unid | 04 | | | |
| TOTAL | | | | | | |

Valor Global R\$. (.....)

Declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa acima nomeada:

- 1) Submete-se a todas as condições do edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº ___/2026 e seus respectivos anexos;
- 2) Está ciente das obrigações que irá assumir, caso seja vencedora da licitação;
- 3) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias;
- 4) Prazo de entrega: conforme Termo de Referência e/ou Edital;
- 5) Nos preços cotados já estão incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para a perfeita execução do objeto desta licitação, tais como impostos, tributos, fretes e demais despesas inerentes.

_____, de _____ de _____
 (local) (dia) (mês) (ano)

Carimbo e assinatura do representante legal



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES UNIFICADAS

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

PROPONENTE.....
ENDEREÇO:.....
CNPJ/MF:
FONE: (0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura do Município de Galiléia/MG, que:

a) Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

b) Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

c) Não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#).

d) Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#)

e) Não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto, etc) que configure o disposto no [§ 1º do art. 9º e art 14 IV da Lei nº 14.133, de 2021](#).

f) Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

g) Estamos sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na [Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006](#). () Sim () Não

h) Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta prestação de serviços.

i) Declaração subscrita pelo representante legal de que dispõe de pessoal técnico, ferramentas, equipamentos e materiais necessários à execução.

.....,, de de 2026.

Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa

RG/CPF: